

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA BACIA DO RIO ALMADA – BA: OS REFLEXOS DA CRISE CACAUEIRA

Gustavo Barreto Franco

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, Salvador, BA, Brasil
gustavopraia@yahoo.com.br

Naiara Gonçalves dos Santos

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas IV, Jacobina, BA, Brasil
naiara15.gon@hotmail.com

Jorima Valoz dos Santos

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas IV, Jacobina, BA, Brasil
jorisantos@hotmail.com

Dolores Bastos Hayne de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas IV, Jacobina, BA, Brasil
dohayneb@hotmail.com

Ronaldo Lima Gomes

Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais, Ilhéus, BA, Brasil
rlgomes@uesc.br

Recebido em: 20/06/16; Aceito em: 04/10/16

RESUMO

A microrregião Ilhéus-Itabuna - BA, onde estão inseridos os municípios que fazem parte da Bacia do Rio Almada (Almadina, Barro Preto, Coaraci, Ibicarai, Ilhéus, Itabuna, Itajuípe e Uruçuca), está passando por transformações socioeconômicas e espaciais. Isto decorre, principalmente, da crise da monocultura do cacau e da busca de mecanismos de sobrevivência de sua população, com destaque para os cacaucultores e trabalhadores assalariados do campo. Neste sentido, o presente trabalho trata da caracterização socioeconômica dos municípios inseridos na bacia hidrográfica, a partir das análises de dados secundários oriundos dos órgãos do governo, de modo a compreender os processos de desenvolvimento dos diversos usos e conflitos.

Palavras-chave: População; Cacau; Uso e Ocupação do Solo, Ilhéus; Itabuna.

DEMOGRAPHIC AND SOCIOECONOMIC ASPECTS OF MUNICIPALITIES IN THE ALMADA RIVER WATERSHED – BA: THE CONSEQUENCES OF THE COCOA CRISIS

ABSTRACT

The microregion Ilhéus-Itabuna - BA, in which are inserted the municipalities that make up the Almada River Watershed (Almadina, Barro Preto, Coaraci, Ibicarai, Ilhéus, Itabuna, Itajuípe and Uruçuca), it is undergoing socio-economic and spatial transformations. This occurs mainly due to the crisis of the cocoa monoculture and the search for survival mechanisms of its population, especially for the cocoa farmers and salaried farm workers in the field. In this sense, the present work deals with the socioeconomic characterization of the municipalities inserted in the river watershed, from the secondary data analysis coming from the government agencies, in order to understand the processes of development of the several uses and conflicts.

Keywords: Population; Cocoa; Use and Soil Occupation; Ilhéus; Itabuna.

INTRODUÇÃO

Os debates e discussões acerca do conceito de região são bastante antigos no âmbito da Ciência Geográfica. Segundo Castro e Gomes (1995), região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial e coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a certas áreas, gerando sempre uma discussão entre os limites da autonomia daquelas áreas e o poder central.

A análise da realidade geográfica advinda dessas transformações possibilita destacar muitas questões. Milton Santos (2002, p. 332), menciona três grandes questões no contexto da problemática, sendo elas:

O espaço geográfico assim remodelado é considerado como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. No plano global, as ações, mesmo “desterritorializadas”, constituem normas de uso dos sistemas localizados de objetos, enquanto no plano local, o território, em si mesmo, constitui uma norma para o exercício das ações. A partir dessas duas ordens, se constituem, paralelamente, uma razão global e uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o mundo, mas, também, o confronto, graças à sua própria ordem.

Desta maneira, compreende-se que o conceito de região perpassa pelos conceitos de poder e suas apropriações culturais, sociais, políticas e econômicas, nas diferentes escalas geográficas.

Assim como o conceito geral de região sofreu alterações ao longo do tempo, o de região cacauera do Estado da Bahia, também passa pelo mesmo processo. A noção de região, “como todas as noções provenientes da linguagem comum, é assaz imprecisa” (RONCAYOLLO, 1986, p. 160).

No Brasil, a produção de cacau estende-se, principalmente, pelos Estados da Bahia, Pará, Rondônia, Espírito Santo, Amazonas e Mato Grosso, sendo a Bahia o maior produtor nacional. Na Bahia, 700 mil hectares de cacau distribuem-se por 96 municípios, sendo que, nesse Estado, o produto já foi responsável por 40% a 50% de sua receita (MAPA, 2006).

De acordo com Frank (2009), o território da região cacauera adquiriu contornos próprios dessa monocultura, com instalações de redes de transportes e comunicação necessárias ao escoamento das amêndoas de cacau para os portos e de lá para o exterior. Essas redes, além de transportar pessoas e mercadorias, faziam chegar ordens, a “lei do cacau”.

Segundo Rangel e Tonella (2013, p.77).

A região cacauera do Sul da Bahia se configurou tendo como base a concentração da terra, do poder político nas mãos dos coronéis do cacau e da precarização socioeconômica dos trabalhadores. Esse tripé de desenvolvimento foi mantido com a contribuição do Estado brasileiro entre 1930-1980, quando, após esse período, este rompeu com a forma costumeira de intervenção nos momentos de crise.

Milton Santos, em “Zona do Cacau” (1955), classificou os seguintes municípios que compunham a região cacauera: Alcobaça, Belmonte, Boa Nova, Canavieiras, Caravelas, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Ituberá, Jequié, Maraú, Nilo Peçanha, Mucuri, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Ubatuba, Ubatã, Una e Uruçuca. E fez a seguinte ressalva: “da classificação oficial retiramos o município de Cairú, que nada produz e os de Valença e Taperoá, de produção menor que 25 mil arrobas”.

Por outro lado, a o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura em seus estudos, afirmaram que a região cacaueteira baiana não compreende apenas os municípios onde a cacauicultura predomina, mas, engloba outros circunvizinhos que têm economia vinculada à área de cacauicultura, ainda que seu plantio não chegue a ocupar posição de destaque na vida da municipalidade (IICA, 1982).

Atualmente, nem todos os municípios localizados na Região Litoral Sul da Bahia fazem parte da região geoeconômica regida pela cacauicultura. Não é por acaso que a composição da região cacaueteira identificada por Santos (1955), sofreu alterações significativas na reconfiguração das chamadas regiões econômicas do Estado da Bahia, composta, hoje, por três sub-territórios: Litoral Sul, Extremo Sul e Sudoeste.

Vale ressaltar que na linguagem corrente, no Sul da Bahia, empregam-se de forma indiscriminada os termos região cacaueteira, zona cacaueteira, sudeste da Bahia, microrregião cacaueteira e grande região cacaueteira. Oficialmente, hoje, usam-se as palavras região Sul da Bahia (Mesorregião Sul Baiano) e região cacaueteira da Bahia (Microrregião Ilhéus-Itabuna) (ROCHA, 2008).

Outro conceito muito discutido neste contexto é o de Territórios de Identidade, que Segundo Duarte (2009), trata-se de um novo padrão de regionalização do Estado da Bahia, coordenado pela Secretaria de Cultura do Estado e representada pelos poderes locais, lideranças comunitárias, instituições sociais, artistas e produtores culturais.

Difere da divisão regional estabelecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que corresponde a microrregiões geográficas, ou organizadas como regiões econômicas (ex.: Região Sudoeste da Bahia), que norteavam a ação governamental e se constituíam na base para a formulação de políticas públicas e organização de dados estatísticos. Esta delimitação de região a partir da dimensão econômica segue um eixo norte-sul (ex.: vincula cidades que tem como base o comércio e a pecuária como atividade mais forte, como as microrregiões geográficas de Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga). Já a noção de Territórios de Identidade segue um eixo leste-oeste (ex.: do Planalto da Conquista à Serra Geral e Chapada Diamantina Meridional) estruturada mais a partir laços cotidianos, do fluxo de pessoas em busca de serviços e as relações comerciais (DUARTE, 2009).

A ocupação populacional da microrregião Ilhéus-Itabuna – BA começou bem antes da chegada dos europeus colonizadores, quando o Brasil ainda se chamava Pindorama, era habitado pelos índios e aqui predominava a Mata que veio a se chamar Atlântica. Com a chegada dos europeus, com sua cultura, animais, plantas, foi imposto a esta região conformações sócio-espaciais estranhas ao lugar. Pindorama passou a se chamar Vera Cruz, Santa Cruz e por fim, Brasil. O processo de ocupação populacional desta região por estrangeiros teve o seu marco em 1534, quando seus novos donos representados por D. João III dividiu o Brasil em porções de terras de domínio, as chamadas capitâneas hereditárias (GOMES, 2010).

A microrregião apresenta-se como um importante objeto de estudo, pois, teve no cultivo de cacau um aliado importante na conservação da Mata Atlântica, além de um importante fator de influência na economia da região, as pessoas enriqueceram, empobreceram, viveram crises cíclicas em sua produção, comércio interno e exportação. Dessas crises, a mais recente e de consequências profundas foi à infestação de seus cacauais pelo fungo *Moniliophthora perniciosa* que causa a doença da “Vassoura-de-Bruxa” (ROCHA, 2006).

OS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ALMADA

O presente trabalho visa realizar a caracterização socioeconômica dos municípios inseridos na Bacia do Rio Almada (BHRA), que compõe a Bacia do Leste, localiza-se na região Sul do Estado da Bahia, entre os paralelos 14° 26' e 14° 50' S e os meridianos 39° 03' e 39° 44' W, limitada a norte e a oeste com a Bacia do Rio de Contas, a sul com a Bacia do Rio Cachoeira e a leste com o Oceano Atlântico. É um dos principais sistemas naturais da Região Cacaueteira, onde se encontra área significativa de vegetação natural chamado de bioma “Mata Atlântica”, com florestas secundárias, restingas e manguezais. Abrange uma área de 1.575,46km², está inserida total ou parcialmente nos municípios de Almadina, Coaraci, Ibicaraí, Barro Preto,

Itajuípe, Itabuna, Ilhéus e Uruçuca, todos abastecidos completamente ou em parte pela água desta bacia. (Figura 1)

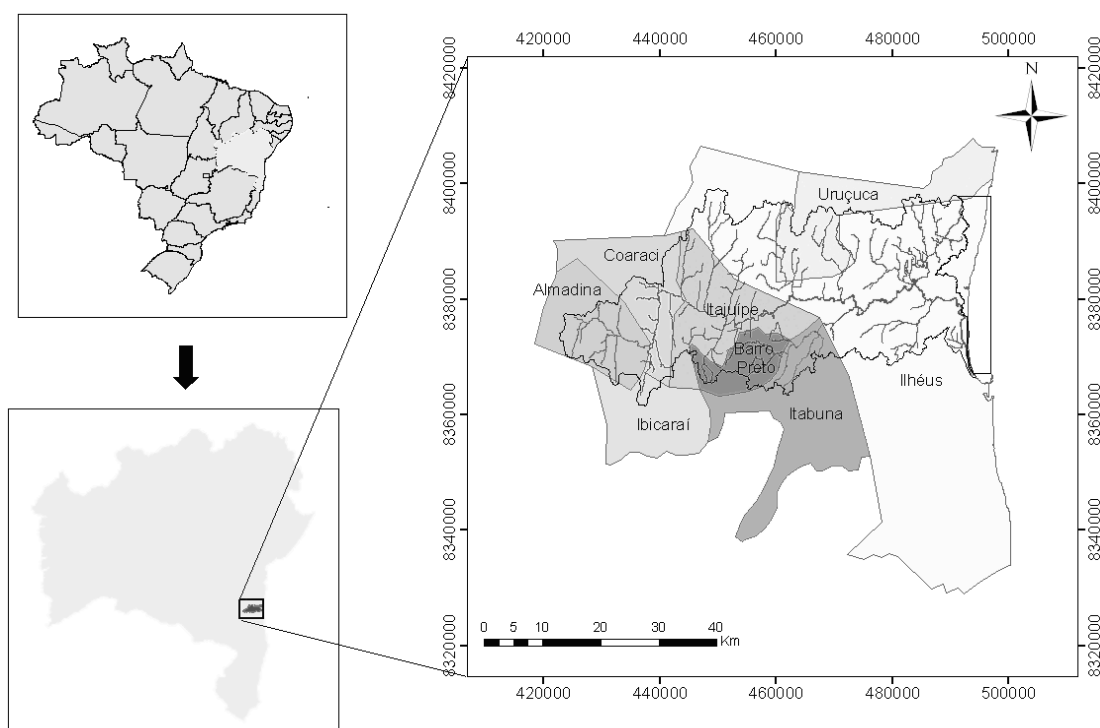


Figura 1: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Almada, no Estado da Bahia, Brasil
Fonte: Franco (2010)

O município de Ilhéus é o maior em área territorial, dentre os municípios incluídos a BHRA (Tabela 1), segundo resultados do censo do IBGE (2014), Ilhéus ocupa o oitavo lugar em população (Tabela 2), no Estado da Bahia, atrás de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Itabuna, Juazeiro e Lauro de Freitas.

Tabela 1. Tamanho total dos municípios e de suas áreas inseridas na Bacia do Rio Almada.

Município	Área total (km ²)	Área pertencente à bacia	
		(km ²)	%
Almadina	247	139,23	56,37
Barro Preto	121	91,71	75,79
Coaraci	297	121,38	40,87
Ibicaraí	218	13,49	6,19
Ilhéus	1.841	800,73	43,49
Itabuna	443	65,38	14,76
Itajuípe	296	268,97	90,87
Uruçuca	338	134,59	39,82

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal/ SEI (2013).

Tabela 2. Os 10 municípios mais populosos do Estado da Bahia, 2014.

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
1	Salvador	2.902.927
2	Feira de Santana	612.000
3	Vitória da Conquista	340.199
4	Camaçari	281.413
5	Itabuna	218.925
6	Juazeiro	216.588
7	Lauro de Freitas	188.013
8	Ilhéus	182.350
9	Jequié	161.150
10	Teixeira de Freitas	155.659

Fonte: IBGE, 2014.

Dentre os demais municípios da BHRA, Ilhéus foi o que historicamente teve maior destaque em relação a cultura do cacau, e conseqüentemente foi o município que mais sofreu com a crise da monocultura de exportação do cacau, causado pela vassoura de bruxa.

CRISE CACAUEIRA

Desde os tempos imemoriais, o cacauero é cultivado com o intuito de produzir riqueza, conforto, prazer, mesmo porque sua história lendária fascina e leva ao reino dos deuses, de onde teria provindo. O cacau cultivado no Sul da Bahia, no início, não foi considerado um produto comercialmente atrativo, pois, além de um bom tempo para sua adaptação ao novo habitat, precisaria de quatro a oito anos para começar a produzir. Por isso, durante quase um século, “o plantio de cacau se manteve como atividade marginal, exercida no fundo de quintais, nas margens próximas aos rios, aproveitando-se os terrenos aluviões ali depositados e a umidade” (FREITAS & PARAÍSO, 2001).

Levando-se em conta o que diz Costa (1992, p. 11-13), a cultura do cacau só teve início no Sul da Bahia em 1746 (data tida como historicamente válida para o início da cultura do cacau no Estado da Bahia), ocasião em que o francês Louis Frédéric Varneux trouxe sementes do Pará, as quais foram plantadas por Antônio Dias Ribeiro na fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, em terras que hoje fazem parte do município de Canavieiras:

O primeiro plantador de cacau em terras do Sul do Estado, segundo a versão aceita pela maioria dos historiadores, foi Antônio Dias Ribeiro, proprietário da referida fazenda Cubículo. [...] desenvolveu-se, prosperou essa cultura em toda zona sudeste do Estado. Pioneira em nosso município (Canavieiras) avantajou-se em Ilhéus, transformando-se em “Ilhéus terra do Cacau”. Que a opulenta cidade dos nossos dias, velha sede da Capitania dos Ilhéus, aufira os louros dessa glória, mas que deixe para Canavieiras essa outra de ter sido a pioneira da lavoura cacauera, muito mais modesta, mas confortadora (COSTA, 1963, p. 21).

A discussão acerca de ter sido Canavieiras ou Ilhéus o primeiro sítio a plantar cacau não tem muito sentido. Isto porque, àquela época, toda a região pertencia à Capitania de Ilhéus e, mais tarde, ao município de Ilhéus. Portanto, de qualquer forma, a fazenda Cubículo, em Canavieiras, pertencia ao território de Ilhéus.

Segundo Marinho (2008), a cultura do cacau, introduzida na região Sul da Bahia a partir de meados do século XVIII surge como alternativa, em termos de produtos exportáveis, para a economia canavieira então em crise. A maior dinâmica econômica e populacional nesta região só começou a se dar a partir da introdução da lavoura de cacau, fruto já consumido e valorizado em outros países. O cacau nativo da Amazônia já era conhecido pelos índios antes da chegada dos estrangeiros portugueses. Com os novos donos de suas terras, estes tiveram a autorização de plantar as amêndoas em 1768, no Pará. É de lá que as primeiras sementes são trazidas para a microrregião Ilhéus – Itabuna (ROCHA, 2006).

Andrade (2003), afirma que a primeira fase do cacau na região sul da Bahia refere-se ao período de desbravamento e consolidação da cacauicultura, que vai desde a introdução das primeiras sementes, em 1746, até 1930. Os agricultores desta fase não tinham conhecimento técnico; a fertilidade da terra permitia excelente produção e o interesse maior era plantar, colher e enriquecer.

Entre 1890 e 1926, a cultura do cacau, que propiciou riqueza fácil, provocou uma corrida de imigrantes às suas terras, vindos de Sergipe e de outras partes do sertão baiano, fazendo crescer sua população. Acentuou-se o povoamento das terras que, mesmo após desmembramento de seus vários distritos, continuou crescendo, sendo sempre maior que a dos distritos desmembrados (ANDRADE, 2003).

Apesar dos incrementos na produção e crescimento das exportações nas décadas de 30 e 40 do século XIX, essa província continuava em posição secundária em relação a outras províncias produtoras de cacau no Brasil. Somente em 1890, quando a Bahia produz 3.503 toneladas de cacau, fazendo com que o Brasil passe a ocupar lugar de destaque na exportação desse produto no mercado mundial, inicia-se o ciclo de cacau para exportação no sul da Bahia.

Em 1895, a exportação de cacau já atingia 112 mil sacos, sendo que seis anos mais tarde, em 1901, o Brasil ocupava o primeiro lugar na produção mundial, em 1927, o sul da Bahia produziu mais de um milhão de sacas, ocupando o segundo lugar, suplantando apenas por Gana, na África Ocidental. Essa fase foi considerada a fase *de ouro do cacau* (ANDRADE, 2003).

A segunda fase vai de 1930 até 1957, quando a lavoura ficou economicamente organizada. Foi a fase da expansão e do apogeu. A terra, porém, foi ficando esgotada e os cacauzeiros envelhecidos, muitos deles com mais de 50 anos, fazendo a produtividade cair a níveis antieconômicos. As pragas e as doenças atacavam as plantas, causando prejuízos (ANDRADE, 2003).

A partir de 1931 com a primeira “intervenção efetiva” do Estado na economia cacauera da Bahia, a criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB), de acordo com Campos (1981), a contribuição brasileira, no que se refere à exportação de cacau, era insignificante: 26 toneladas contra uma produção mundial de 12 mil toneladas. A partir de 1835, no entanto, tanto a produção quanto a exportação foram crescendo gradativamente, cobrindo o período da primeira metade do século XIX à primeira do século XX.

Na década de 1940, a região já estava consolidada como produtora de cacau, formando uma economia de monocultura, sofrendo, portanto, todas as consequências dessa condição: dependência do mercado externo, importação dos produtos de primeira necessidade, burguesia dominante, exploração da mão de obra dos trabalhadores rurais e desníveis sociais marcantes (ROCHA, 2008).

Os problemas acumulados ao longo dos anos fizeram com que, em 1957, a cacauicultura sofresse sua pior crise até aquela data. A produtividade foi bastante reduzida e os preços do produto no mercado internacional ficaram muito baixos. Os produtores estavam empobrecidos, endividados e desiludidos, pensando ser o fim do ciclo do cacau. O sociólogo Asmar (1973) relacionou à região a expressão “pobre região rica”.

O Instituto do Cacau da Bahia já não atuava com a mesma eficiência, sobrevivendo com grande dificuldade, entrando em declínio por falta de recursos e credibilidade. Aliado a isso, os investimentos dos grandes cacauicultores eram feitos fora dos municípios da região cacauera, principalmente no Rio de Janeiro e Salvador, provocando a evasão de recursos e desinteresse pela implantação de indústrias ou outros investimentos que viessem a se tornar uma alternativa econômica (ANDRADE, 2003).

A terceira fase começou em 1957 e vai até 1988. Foi a fase da crise da produtividade. Com os agricultores desanimados e sem estímulos, o governo federal resolveu criar em 1957, a Comissão Executiva de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauera (CEPLAC), com o objetivo de recuperar e racionalizar a lavoura (ANDRADE, 2003).

O Programa e Diretrizes para Expansão da Cacaucultura (PROCACAU) foi implantado a partir de 1976, com a finalidade de, no período de 10 anos, renovar 150 mil hectares de plantações decadentes e implantar 300 mil hectares em outros estados, onde as condições fisiográficas permitiam o cultivo, como no Espírito Santo e Amazônia (Pará, Rondônia e Amazonas) (ANDRADE, 2003).

Apesar de todos os esforços da CELPAC, na década de 80, em consequência da crise econômica por que passou o país, quando se elevou substancialmente o preço dos insumos, os agricultores foram abandonando os tratos culturais o que, por sua vez, provocou a diminuição da produtividade, aumentando a penúria econômica formando um ciclo vicioso.

Segundo Rocha (2008), no final da década de 1980, a Região Cacauera do Sul da Bahia viu-se frente a mais uma crise que afetaria duramente as lavouras de cacau, causada pela irregularidade de preços, fatores climáticos, competitividade do produto, agravada pelo aparecimento de uma doença na lavoura de cacau chamada “vassoura de bruxa” provocada pela presença de um fungo chamado *Moniliophthora perniciosa*, provavelmente vinda da região Amazônica. As consequências desse quadro foram um intenso êxodo rural, degradação dos recursos naturais renováveis, desvalorização patrimonial, endividamento dos produtores e empobrecimento da população regional.

A quarta fase, da destruição e recuperação, tem início em 1988, quando a situação da lavoura, que já era crítica, somou-se à fuga das taxas de retenção do cacau, que ficaram centralizadas no orçamento da união, à expansão da cacaucultura no Sudeste da Ásia (Indonésia e Malásia), com alta produtividade. Os preços foram caindo impiedosamente e a lavoura atacada pela vassoura-de-bruxa, a doença mais terrível dos cacauais (ANDRADE, 2003).

O período venturoso que a região conheceu está hoje mais na memória das pessoas, na história local, nos monumentos, nos prédios que serviram de casas comerciais do cacau, tanto para exportação quanto para receber o produto como garantia de pagamento de dívidas, de adiantamentos de dinheiro, por conta da próxima safra, que nem sempre seria boa (PINTO, 2002, p. 2).

Segundo Andrade (2003), apesar das contribuições e orientações da CEPALC, pode-se dizer que foi a pior crise de toda a história do cacau e o mesmo sentimento de desilusão e desencantamento dominou os cacauicultores, que admitiram ser o fim dessa lavoura. O valor das terras caiu assustadoramente. O empobrecimento do agricultor tornou-se alarmante, acabando o mito de que todo produtor de cacau seria rico. Nos dias atuais, o cacauicultor está desamparado, descapitalizado, endividado e sem alternativas em curto prazo.

DINÂMICA POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ALMADA

A microrregião Ilhéus-Itabuna - BA, onde estão inseridos os municípios que fazem parte da Bacia do Rio Almada, está passando por transformações significativas no que diz respeito à sua configuração sócio-espacial. Isto decorre principalmente da crise da monocultura de

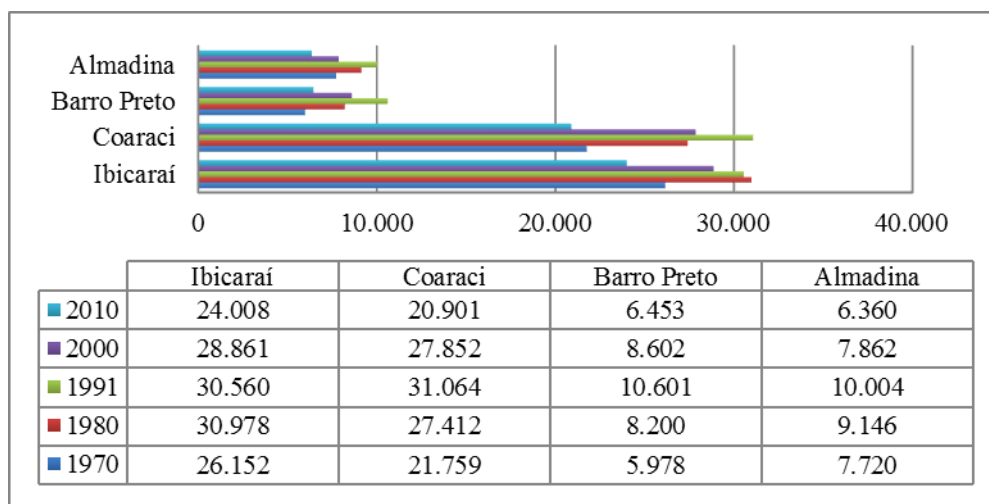
exportação do cacau e da busca de mecanismos de sobrevivência de sua população, com destaque para os cacauicultores e trabalhadores assalariados do campo, os mais diretamente atingidos pela crise (GOMES, 2010).

A configuração sócio-espacial nitidamente marcada pela relação da região com outros lugares do mundo seja pela vinda de estrangeiros, os alemães, por exemplo; ou pelos migrantes do semiárido nordestino brasileiro, em particular os sergipanos e mesmo por produzir e comercializar o cacau para atender ao mercado externo. Está lançada a semente para que se originassem as relações de poder entre os “coronéis” do cacau e a massa de trabalhadores. Relações estas que tiveram sua desestruturação, mas não o seu total desaparecimento, acentuadas no final da década de 1980 com a derrocada do cacau (GOMES, 2010).

Daquele tempo até o final da década de 1980, a produção cacauera passou por diversas crises cíclicas. Posterior a esta data, se instalou uma crise que perdura até o momento, agravada pelo fungo que causou a vassoura-de-bruxa.

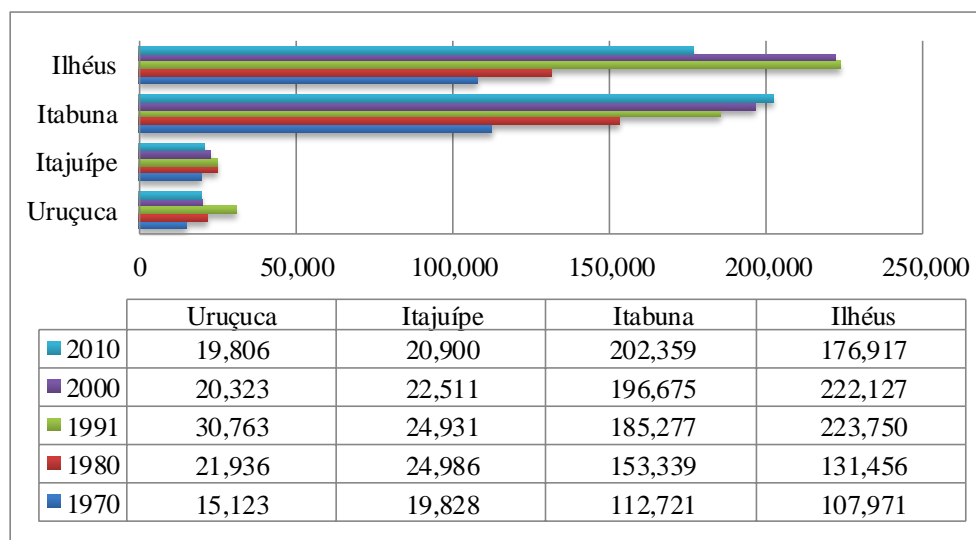
Os gráficos 1 e 2, apresentam a variação da população dos Municípios da BHRA nos últimos 40 anos.

Gráfico 1. População residente nos municípios de Almadina, Barro Preto, Coaraci e Ibicarai nos resultados dos censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 2. População residente nos municípios de Ilhéus, Itabuna, Itajuípe e Uruçuca nos resultados dos censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Observa-se que durante o período de 1970 a 1991, houve um aumento populacional, o que podemos associar ao crescimento regional e investimentos na lavoura cacaueteira, base da economia territorial.

De 1991 a 2000, período da crise da lavoura cacaueteira, há uma diminuição da população na grande maioria dos municípios, exceto nas cidades de Ilhéus e Itabuna. Este fato continua a ser crescente na amostra do censo de 2010 onde se observa uma queda no território de aproximadamente 10% da população. A exceção o município de Itabuna onde há um aumento de 3%.

A partir da análise dos dados populacionais dos municípios inseridos na BHRA, é nítida a redução populacional na maior parte dos municípios inseridos na BHRA. Neste sentido, podemos observar na tabela 3, que os municípios da BHRA são possuidores de uma grande influência vinda do meio agrícola, que influencia em suas características sociais, econômicas, culturais, de políticas públicas, dentre outras.

Tabela 3. População Residente Urbana e Rural dos Municípios da BHRA, entre as décadas de 1980 a 2010.

Município	População Residente Urbana				População Residente Rural			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
Almadina	4.869	6.028	5.416	5.080	4.275	3.976	2.446	1.277
Barro Preto	3.394	4.589	5.159	5.295	5.185	6.012	3.443	1.158
Coaraci	16.338	21.659	23.269	19.130	11.650	9.405	4.583	1.834
Ibicaraí	18.174	19.332	19.333	17.885	12.811	11.228	9.528	6.387
Ilhéus	80.802	144.232	162.125	155.281	54.840	79.518	60.002	28.955
Itabuna	133.545	177.561	191.184	199.643	10.738	7.716	5.491	5.024
Itajuípe	12.837	15.972	16.123	16.839	7.024	8.959	6.388	4.242
Uruçuca	9.571	9.040	14.158	15.779	12.368	21.723	6.165	4.058

Fonte: IBGE: Sistema Agrícola Municipal/ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados- SEADE

Entretanto, analisando a dinâmica da população residente na zona urbana e na zona rural dos municípios da BHRA, observa-se que durante as décadas de 1980 e 2000, houve uma

considerável diminuição de residentes na zona rural dos municípios. Estes dados são fortes indicadores da dramaticidade da crise que passa essa importante região do Estado da Bahia.

O município de Almadina, que na década de 1980 tinha sua população total distribuída equilibradamente entre a zona rural e urbana, no ano 2010, concentrava em torno de 79,9% da sua população na zona urbana.

No município de Barro Preto, na década de 1980, a população residente rural se sobressaía, indicando uma evidente influência do setor agrícola. Entretanto, no ano 2010 a população urbana representa 82,1% e a População residente rural do município de Barro Preto, representa apenas 17,9%.

Em Coaraci, a população residente urbana entre os anos analisados, sempre foi mais significativa que a população rural, porém ao decorrer dos anos o número de pessoas que migraram do campo para a cidade aumentou, significando em 2010, o índice de residentes na zona urbana de 91,3% da população total.

A dinâmica populacional do município de Ibicaraí também demonstra um aumento da população residente na zona urbana ao decorrer dos anos, demonstrando as dificuldades em resistir com as atividades agrícolas.

No município de Ilhéus, observa-se que a população urbana, sempre foi mais expressiva, entretanto, ao decorrer dos anos o êxodo rural provocou uma significativa disparidade entre a População residente rural e urbana. A população urbana representou-se no ano de 2010, 84,3% da população total do município.

Itabuna, durante os anos analisados, abrangeu a maior parte de sua população na zona urbana, e como outros municípios da BHRA teve sua população residente urbana acrescida no decorrer dos anos, chegando a representar em 2010, 97,5% do total da população residente em todo o município.

Em Itajuípe, a dinâmica populacional entre os residentes na zona rural e urbana, não diferem dos municípios de Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus e Itabuna, em 2010 abrangendo em torno de 79,9% da sua população total, residente na zona urbana do município.

O caso de Uruçuca merece destaque, pois, na década de 1990, apresentava 9.571 da sua população residente urbana e 12.368 residentes rural, em 2010, também influenciado pelo êxodo rural e os desequilíbrios na agricultura apresentam 79,5% da sua população total, residindo na zona urbana do município.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ALMADA

Os quadros abaixo representam as quantidades produzidas de algumas culturas, nos municípios da BHRA, entretanto é importante ressaltar que não foram encontrados dados significativos referentes as décadas de 1970 e 1980, assim a análise segue a partir dos dados dos censos do IBGE dos anos de 1991, 2000 e 2010.

A partir dos dados analisados, percebe-se que produção de banana no ano de 1991 foi mais significativa no município de Itajuípe (Tabela 4), entretanto o município apresentou em 2000 o pior rendimento na produção entre os demais municípios. Em 2010 o município que mais se destacou na produção de banana foi Ilhéus, com cerca de 8.000 mil cachos colhidos.

Tabela 4. Quantidade Produzida de banana (1000 cachos), nos municípios da BHRA, entre os anos 1991 e 2010.

Municípios	1991	2000	2010
Almadina	245	4	4.160 ton.
Barro Preto	303	8	2.400 ton
Coaraci	436	86	4.800
Ibicaraí	80	4	320
Ilhéus	452	117	8.000
Itabuna	688	20	105
Itajuípe	700	3	4.800
Uruçuca	145	34	1.620

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal/ SEI (2013).

O município de Ilhéus foi destaque na produção de cacau nos anos analisados (Tabela 5), sendo este o maior produtor do fruto, entretanto, é nítida a queda na produção, em 1991 o município colheu cerca de 30.000 toneladas, já em 2010 apenas 11.520 toneladas, explicitando a devastação causada pela vassoura de bruxa.

Tabela 5. Quantidade Produzida de cacau (toneladas), nos municípios da BHRA, entre os anos 1991 e 2010.

Municípios	1991	2000	2010
Almadina	500	850	990
Barro Preto	3.500	1.425	1.827
Coaraci	2.500	1.537	1.950
Ibicaraí	6.102	1.913	1.067
Ilhéus	30.000	10.137	11.520
Itabuna	9.480	2.595	2.526
Itajuípe	8.000	4.784	3.840
Uruçuca	2.300	2.079	3.842

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal/ SEI (2013).

O município de Ilhéus, segundo os dados encontrados, também se destaca entre os municípios da BHRA na produção de borracha (Tabela 6). A produção do Látex coagulado teve aumento significativo entre as décadas analisadas em 1991 o município produziu 100 toneladas, já em 2010 a produção atingiu 1.700 toneladas produzidas.

Os dados da produção de coco da Baía, também é repleto de lacunas, dificultando uma análise mais integrada e coerente, entretanto, dentre os dados disponíveis (Tabela 7), Ilhéus domina o ranking da produção do fruto, demonstrando significativo avanço na quantidade produzida no ano 2010, comparado a décadas anteriores analisadas.

Tabela 6. Quantidade Produzida de borracha (toneladas), nos municípios da BHRA, entre os anos 1991 e 2010.

Municípios	1991	2000	2010
Almadina	-	20	-
Barro Preto	-	-	850
Coaraci	40	25	81
Ibicaraí	6	5	21
Ilhéus	100	1.088	1.700
Itabuna	-	-	18
Itajuípe	-	2	20
Uruçuca	50	230	208

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal/ SEI (2013).

Nota: (-) dados nulos ou indicações de que a rubrica assinada é insistente.

Tabela 7. Quantidade Produzida de coco da baía (1000 frutos), nos municípios da BHRA, entre os anos 1991 e 2010.

Municípios	1991	2000	2010
Almadina	20	-	-
Barro Preto	-	-	-
Coaraci	90	-	-
Ibicaraí	60	47	45
Ilhéus	1.500	1.820	6.000
Itabuna	6	15	25
Itajuípe	-	-	-
Uruçuca	760	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal/ SEI (2013).

Nota: (-) dados nulos ou indicações de que a rubrica assinada é insistente.

A partir dos dados encontrados, Ilhéus é dentre os municípios da BHRA, o maior produtor de mandioca (Tabela 8), porém, percebe-se uma significativa queda na produção entre os anos de 1991 e 2000, esta queda pode ser resultado das circunstâncias climáticas, além disso a produção da mandioca é um dos últimos setores em que apenas o plantio e preparo do solo são mecanizados. A retirada das raízes da terra é feita manualmente.

Na região é a cultura que mais utiliza mão de obra e essa mão de obra não existe mais. E como visto anteriormente, os trabalhadores estão indo para os grandes centros em busca de melhores condições de trabalho.

Tabela 8. Quantidade Produzida de mandioca (toneladas), nos municípios da BHRA, entre os anos 1991 e 2010.

Municípios	1991	2000	2010
Almadina	-	726	1.440
Barro Preto	-	12	240
Coaraci	1.300	850	1.430
Ibicaraí	3.000	1.750	390
Ilhéus	30.955	5.320	6.500
Itabuna	600	45	300
Itajuípe	-	-	3.500
Uruçuca	2.600	-	4.480

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal/ SEI (2013).

Nota: (-) dados nulos ou indicações de que a rubrica assinada é insistente.

Os municípios com maior produtividade de leite na BHRA, dentre o período analisado são Ilhéus e Itabuna (Tabela 9), no ultimo município a ampliação da produção evoluiu consideravelmente entre os anos 2000 e 2010. Fato que possibilitou a implantação de indústrias de laticínios, gerando mais empregos e renda na região.

Tabela 9. Quantidade Produzida de leite, nos municípios da BHRA, entre os anos 1991 e 2010.

Municípios	1991	2000	2010
Almadina	1.300	780	1.220
Barro Preto	120	142	352
Coaraci	1.100	852	730
Ibicaraí	1.096	1.181	3.172
Ilhéus	1.700	1.530	1.600
Itabuna	1.262	1.468	4.930
Itajuípe	116	113	394
Uruçuca	140	122	154

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal/ SEI (2013).

CONCLUSÕES

A partir das análises, percebeu-se que os municípios estudados estão passando por significativas transformações no que diz respeito a sua configuração socioeconômica. Os desequilíbrios socioeconômicos nos municípios da BHRA são provenientes, dentre outros aspectos, das dificuldades cada vez mais acentuadas da prática da agricultura tradicional, do declínio das produções agrícolas, principalmente da monocultura do cacau, que no passado gerou muitas riquezas para a região e com o declínio da produção conseqüentemente, o crescente êxodo rural.

A venda da propriedade e a busca pelo trabalho assalariado continuam sendo as alternativas vistas pelo pequeno agricultor, e que tem demonstrado claramente a nova configuração populacional dos municípios da BHRA nas últimas décadas.

A crise da cacauicultura se converteu, sobretudo, no desemprego em massa e endividamento no comércio. Foram expressivos os impactos da crise da lavoura cacauera na geração de renda, no setor comercial, no desemprego e num conseqüente processo migratório. Um maior número de pessoas passou a residir nos centros urbanos, conseqüentemente intensificando os problemas socioambientais. A ocupação do solo urbano não veio acompanhada de um planejamento urbano necessário a uma boa qualidade de vida.

O atual modelo de desenvolvimento agrícola trona-se questionável, como também realçam as contradições dos municípios inseridos na BHRA, assim como os demais localizados na região cacauera da Bahia enfrentam desde o período da expansão cacauera, quando a riqueza e a pobreza da terra do cacau promovia a esperança. Muitas são as dificuldades encontradas pelos cacauicultores que insistem em prosseguir com a cultura, pois, são insuficientes os incentivos do governo relacionados a produção do cacau.

Dentre os municípios da BHRA, Ilhéus é o que mais se destaca territorialmente e historicamente, quanto a população e a economia, pois, no município, teve início a história do cacau no Estado da Bahia, sendo também palco do sucesso e declínio da produção cacauera.

Nos últimos anos tem havido um decréscimo populacional no município de Ilhéus, de forma mais acentuada no meio rural, assim como nos demais municípios da BHRA. A estagnação econômica, iniciada com a crise da lavoura cacauera, pode ser ainda hoje a principal responsável pelo processo de urbanização em exercício. Isso acontece devido a não diversificação de seus produtos agrícolas, tendo ainda no cacau seu principal cultivo, mas, sobretudo, na falta de objetividade econômica, se apoiando atualmente na exploração turística. O turismo se apresenta como uma das atividades econômicas capaz de dar outro rumo a dinâmica econômica da cidade, principalmente, por ter aspectos naturais e culturais de visibilidade internacional.

Também inserida neste contexto Itabuna, vem tendo destaque significativo no cenário regional, devido à implantação de indústrias e outras fontes de emprego e renda. Fatores que influenciam diretamente no aumento da população urbana do município. Nos últimos anos, a população passou a receber reais benefícios a melhores condições de vida, através do estímulo à capacitação de recursos humanos, incentivando e estimulando atividades como

veículo de educação ambiental, por exemplo, e na melhoria da infraestrutura para tais atividades.

Assim, percebe-se que os problemas gerados pela crise cacauera representam em primeira ordem uma questão de cunho social, por isso, as ações para mitigar essas dificuldades devem ser direcionadas para esse fim. Na medida em que esses forem solucionados, certamente haverá sensibilização e cobrança das comunidades envolvidas no sentido da defesa do patrimônio ambiental e histórico de toda a região cacauera.

Não é objetivo deste trabalho apontar conclusões definitivas acerca da caracterização dos municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Almada. Porém, as informações expostas quando analisadas em conjunto, além de permitir um melhor conhecimento da realidade dos municípios inseridos na BHRA, oferece condições para uma intervenção pública, valorizando as riquezas locais, corrigindo as deficiências existentes e criando atrativos adicionais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. P. **Ilhéus: Passado e Presente**. 2ª ed. Ilhéus, BA: Editus, 2003.
- CEPLAC. **Diagnóstico Sócio-econômico da região cacauera**. Ilhéus: CEPLAC, 1976, v. 11.
- COSTA, A. **Canavieiras: sua história e sua gente (lendas e festas)**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1963.
- COSTA, J. F. **Conjuntura cacauera do Sul da Bahia**. Salvador: Bureau, 1992.
- DUARTE, J. C. S. **Território de Identidade e multiterritorialidade, paradigma para formulação de uma nova regionalização da Bahia**. Disponível em: www.cult.ufba.br/enecult2009. Acesso em: abr. 2013.
- RANK, J. L. **Rural workers and labour justice: the Statute of the Rural Worker in Brazil's Cacao Region, 1963-1973**. 2009. Tese (Doutorado) – Osgoode Hall Law School, York University, Toronto, 2009.
- FREITAS, A. F. G. de; PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul– Ilhéus, 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001.
- GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.
- GOMES, R. L. Implantação do laboratório de análise e planejamento ambiental da UESC: projeto piloto - avaliação da qualidade ambiental da bacia do Rio Almada e área costeira adjacente. **Relatório Final**. Ilhéus: FAPESB, 2010. 104p.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/10/2013.
- IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Ceplac/Cacau, ano 25: desenvolvimento e participação**. Brasília, DF: IICA, 1982. (Série Desenvolvimento Institucional, n. 16).
- MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Brasil: Cacau – produção, área colhida e rendimento médio – 1990 a 2004**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2013.
- MARINHO, P. L. O Estado e a Economia Cacauera da Bahia. In: **Anais eletrônico... Congresso Brasileiro de História Econômica**. 2008.
- PTDS - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, Litoral Sul, Bahia 2010.
- RANGEL, M. C.; TONELLA, C. A crise da região cacauera do sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades. **Geoiçá: Revista**

do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá-PR, v. 5, n. 1, p. 77-101, 2013.

ROCHA, L. B. **A região cacauera da Bahia**: uma abordagem fenomenológica. Aracaju, SE: UFS/POSGRAD, 2006. xvi, 290f. : il.

_____. **A região cacauera da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa**: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008, 255p.

RONCAYOLO, M. Região. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. 8. Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 160-189.

SANTOS, M. **Zona do Cacau**. Introdução ao Estudo Geográfico. Salvador. Artes Gráficas. 1955.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Consulta ao banco de dados**. Disponível em http://www.sei.ba.gov.br/municipio/censo2000_result_amostra/xls/demogra/tx_cres.xls>. Acesso em 25 de set. 2013.